

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sionismo cristão e Dispensacionalismo: como estes fenômenos norteiam as relações entre grupos evangélicos, o Governo de Jair Bolsonaro e Política Externa Brasileira.

Trabalho de Conclusão de Curso

Aluno: Miguel Filizola Piza

Orientador: Prof. Dr. Feliciano de Sá Guimarães

São Paulo, Janeiro de 2022

MIGUEL FILIZOLA PIZA

Sionismo cristão e Dispensacionalismo: como estes fenômenos norteiam as relações entre grupos evangélicos, o Governo de Jair Bolsonaro e Política Externa Brasileira.

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Feliciano de Sá Guimarães

SÃO PAULO

2023

RESUMO

O presente trabalho realiza uma vasta revisão de literatura relacionando as narrativas evangélicas de apoio ao Estado de Israel com a atuação do Governo Federal de Jair Bolsonaro. Aspecto frequentemente pormenorizado na análise de Política Externa, a religião cada vez mais desempenha papel fundamental nas decisões dos Estados relativas à política internacional. No Brasil, Jair Bolsonaro e outros membros do alto escalão do Governo Federal adotam discursos semelhantes aos dos representantes políticos de grupos evangélicos. Esse alinhamento ideológico é marcado pela presença sionismo cristão, alimentado pelo dispensacionalismo, narrativa teológica rígida que adota visões proféticas para defender a legitimidade do Estado de Israel.

Palavras-chave: *Jair Bolsonaro, Sionismo Cristão, Dispensacionalismo, Política Externa Brasileira, Evangélicos, Israel, Religião.*

ABSTRACT

The present work conducts a vast literature review relating the evangelical narratives of support to the State of Israel with the behavior of the Federal Government of Jair Bolsonaro. Often overlooked in the analysis of foreign policy, religion increasingly plays a key role in the decisions of states on international policy. In Brazil, Jair Bolsonaro and other high-ranking members of the Federal Government adopt speeches similar to those of political representatives of evangelical groups. This ideological alignment is marked by the Christian Zionism presence, fueled by dispensationalism, a rigid theological narrative that adopts prophetic views to defend the legitimacy of the State of Israel.

Palavras-chave: *Jair Bolsonaro, Christian Zionism, Dispensationalism, Brazilian Foreign Policy, Evangelicals, Israel, Religion.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
ENVOLVIMENTO DOS GRUPOS EVANGÉLICOS COM A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO.....	10
<i>A expressividade política dos grupos evangélicos</i>	10
<i>O alinhamento ideológico entre congressistas evangélicos e Governo Federal</i>	12
Gráfico 01 – Frequência de discursos sobre Israel	13
Gráfico 02 – Alinhamento ideológico dos atores em relação a Israel	13
<i>Posicionamento internacional pró-Israel.....</i>	14
<i>Cadeiras do Governo Federal sob influência de grupos evangélicos.....</i>	15
SIONISMO CRISTÃO E DISPENSACIONALISMO	18
<i>A definição do sionismo cristão</i>	18
<i>O dispensacionalismo do sionismo cristão estadunidense.....</i>	19
SIONISMO CRISTÃO BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS	23
<i>Peregrinação ou turismo?</i>	23
<i>O sionismo cristão em Brasília</i>	25
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

INTRODUÇÃO

Historicamente secular, a Política Externa Brasileira (PEB) assumiu diferente caráter sob o governo de Jair Bolsonaro. O argumento e as narrativas religiosas tomaram espaço, em especial dada a influência de grupos evangélicos brasileiros sobre o alto escalão do Governo Federal (GUIMARÃES et al, 2022; CASARÕES, 2019; PIZA, 2022). Dentre esses grupos, notam-se a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), a igreja Assembleia de Deus (AD) e, também, a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), liderada pelo Bispo Edir Macedo. Guimarães, Silva e Alves (em fase de elaboração) mapeiam que existem quatro questões da PEB caras a estas organizações e, portanto, atuam de modo a influenciar o governo nestes temas, sendo eles: a questão de direitos reprodutivos, as missões evangélicas a países africanos, a perseguição contra cristãos e o apoio ao Estado de Israel.

Em trabalho anterior, mapeou-se qualitativamente como se constroem as relações entre os grupos evangélicos e o alto escalão do governo (PIZA, 2022). Esse mapeamento, entretanto, não é simples. Muitas das interações ocorrem a portas fechadas e os temas e interesses permanecem distantes do acesso público. De modo a buscar um aprofundamento no tema, este trabalho reduzirá o escopo e buscará compreender as fundações, desenvolvimento e implicações práticas do sionismo cristão e do dispensacionalismo nas igrejas evangélicas brasileiras; e como esse fenômeno dialoga com o alinhamento discursivo da Política Externa de Jair Bolsonaro na defesa do Estado de Israel. Para isso, além de excertos retirados de fontes de mídia – sejam elas de veículos jornalísticos, declarações oficiais ou postagens em redes sociais -, este trabalho realizará ampla e crítica revisão bibliográfica sobre o tema, buscando o que há de mais relevante e recente na literatura nacional e internacional.

O movimento de apoio a Israel por parte dos evangélicos não é apenas brasileiro, mas global, em especial nos EUA. Os grupos dividem-se entre quais são os motivos que os fazem apoiar o Estado Judeu, mas convergem no apoio. Esse fenômeno traz luz à uma deficiência nas análises de Política Externa: a marginalização do impacto da religião no processo político. Sob o argumento de Kubalkova (2000, p. 682-683) a religião é enxergada como subcategoria de outros fatores mais relevantes, sendo abordada dentro de temas como terrorismo. Fawcett (2000, p.2, apud PIZA, 2022) complementa que a religião “tende a ser caracterizada como fundamentalista, extrema, radical ou militante”. Diante disso, há duas frentes possíveis (SANDAL; FOX, 2013, apud GUIMARÃES et al, em fase de elaboração): o analista de relações internacionais pode criar uma nova teoria que abarque os temas de religião – partindo do pressuposto de que as atuais teorias não os comportam – ou deve adaptar as teorias existentes

a fim de inserir a análise do tema. A segunda opção foi preferida no relatório que antecede este trabalho.

É diante do entendimento de que a religião pode exercer um papel central na formulação de Política Externa que se torna possível compreender a dimensão do tema no governo de Jair Bolsonaro e, também, no Congresso Nacional. Desde indicar um ministro “terrivelmente evangélico” ao Supremo Tribunal Federal (CALGARO; MAZUI, 2019 apud PIZA, 2022, p.5), até mudanças nas votações na ONU relativas a agressões israelenses aos Direitos Humanos do povo palestino (PIZA, 2022, p.17) e composição do corpo do Itamaraty com conservadores evangélicos, vide o Assessor da Presidência, Filipe Martins, e o ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (PIZA, 2022, p. 6; RODRIGUES, 2019, apud PIZA, 2022, p. 6), o Governo Federal demonstra como a religião é um fator presente no seu *foreign policy making*.

Além disso, o interesse em aliar-se a Israel e aproximar-se das bases cristãs sempre foi explícito, até mesmo antes da campanha eleitoral de 2018. Jair Bolsonaro, construindo sua candidatura, emitiu nota para Israel pedindo desculpas pelo posicionamento da administração Dilma Rousseff sobre os conflitos israelenses com o grupo Hamas, foi batizado e convertido no Rio Jordão e, já em campanha, prometeu transferir a Embaixada brasileira em Israel para Tel Aviv – movimento que, também, buscava associar-se ao conservadorismo norte-americano liderado pelo então Presidente dos EUA, Donald Trump (CASARÕES, 2019, apud PIZA, 2022, p. 16).

Assim como no Executivo, os grupos e líderes evangélicos também ocupam posição de grande representatividade no Congresso Nacional brasileiro. O principal exemplo disso é a Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A Frente é composta por mais de 128 congressistas, entre deputados e senadores, e tem pretensões de ser ainda maior (PIZA, 2022, p. 12). A FPE é, historicamente, heterogênea; os membros pertencem aos mais diferentes partidos, espalhados pelo espectro ideológico. Os interesses da Frente também se alteraram com o tempo, em especial com a crescente participação de igrejas pentecostais, a fim de cada vez mais proteger os valores morais. Ainda que a participação evangélica seja crescente, os congressistas ainda demonstram maior disciplina em relação aos seus partidos do que em relação à bancada que participam. De toda forma, a composição da Frente e sua atuação durante o Governo Bolsonaro demonstram que as pautas de valores – e os interesses institucionais das igrejas e associações – possuem grande representatividade no Congresso Nacional (BORGES, 2009; QUADROS; MEDEIROS, 2018; CASAOTTA, 2016; PIZA, 2022, p. 12).

Ademais, Guimarães et al (em fase de elaboração, apud PIZA, 2022, p. 13) demonstram que há um alinhamento ideológico claro entre a FPE e representantes do alto escalão do governo

de Jair Bolsonaro. Embora os posicionamentos variem de acordo com o grupo e com o tema sobre o qual se analisa, em todos os casos analisados o posicionamento da FPE e dos atores do Executivo é mais próximo do que em relação ao resto do Congresso Nacional, “reforçando o compartilhamento de pautas conservadoras entre evangélicos e Governo Federal” (PIZA, 2022, p. 13).

Guimarães e seus coautores (em fase de elaboração, apud PIZA, 2022) realizaram uma análise quantitativa para relacionar os discursos entre atores relevantes da política nacional: membros do alto escalão do Governo Bolsonaro e membros do Congresso Nacional (divididos entre aqueles membros da FPE e os que não fazem parte da bancada) (GUIMARÃES et al, em fase de elaboração, apud PIZA, 2022, p. 14). Com auxílio do software Wordscores, os autores foram capazes de encontrar picos de discursos sobre um mesmo tema – neste caso, citações a Israel – e, além disso, a partir de um *training set*, conseguiram visualizar o alinhamento ideológico destes atores. O resultado é o encontrado nos parágrafos acima: Jair Bolsonaro, Ernesto Araújo e membros da FPE encontram-se mais alinhados ideologicamente do que o resto dos congressistas – o que não implica que o parlamentar médio seja contrário ao Estado de Israel, apenas não engaja nos mesmos temas com a mesma intensidade.

Dada a relevância da religião para análise de Política Externa e a crescente representatividade dos interesses evangélicos nos Poderes Executivo e Legislativo, cabe refletir sobre o papel da formação discursiva das igrejas evangélicas brasileiras. Primeiro, porque os laços entre estas e o Governo Bolsonaro são múltiplos. Como exemplo, pode-se citar desde celebrações de cultos com a presença de Edir Macedo (da Iurd) e Jair Bolsonaro (EM CULTO, 2019, apud PIZA, 2022, p. 18) até pedidos de ajuda ao Itamaraty para que a comitiva da Igreja pudesse visitar Israel no auge da pandemia de COVID-19 (AMADO, 2021, apud PIZA, 2022, p. 19).

A fundação destas igrejas evangélicas foi fortemente influenciada pelo sionismo cristão e pelo dispensacionalismo, oriundos dos movimentos protestantes norte-americanos. O sionismo cristão evoluiu e variou ao longo do tempo, mas sua definição perpassa a ideia de que cristãos, influenciados por narrativas, emoções ou interpretações religiosas, entendem que judeus possuem o direito – divino e terreno – de tomar posse e habitar a Terra Santa, localizada no Estado de Israel e em Jerusalém. Esse fenômeno, embora de matriz religiosa, não pode ser entendido como alheio a interesses e envolvimentos políticos, dado que esse apoio à existência e legitimidade do Estado de Israel são parte de uma estratégia política para consolidar este Estado e permitir sua expansão territorial (CROME, 2018; MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022; SPECTOR, 2009; FRESTON, 2020a; PIZA, 2022).

Esse movimento pró-Israel é alimentado pelo dispensacionalismo. Essa narrativa teológica parte do conceito de dispensação que, basicamente, representa diferentes acordos que Deus faz com os humanos para que estes alcancem uma realização, uma revelação. O dispensacionalista entende que existem sete destes acordos na Bíblia e, a partir deles, tem-se um guia de interpretação literal dos acontecimentos (RYRIE, 1995; AMSTUTZ, 2013). Wachholz e Reinke (2020) defendem que o dispensacionalismo é o motor de estímulo ao sionismo cristão fundado nos EUA; a segunda vinda de Jesus Cristo à Terra, início da última dispensação, é a razão pela qual Israel deve ser protegido e legitimado.

Este Trabalho de Conclusão de Curso almeja conectar e dissecar a literatura envolvendo os pontos abordados. Num primeiro momento, há o levantamento do tamanho da expressividade política que a religião e os entes religiosos possuem nas políticas nacional e internacional. Em seguida, comprehende-se o alinhamento ideológico e discursivo dos atores políticos nacionais sobre o tema de defesa do Estado de Israel. Posteriormente, e encerrando a primeira seção, exploram-se as relações entre líderes políticos e religiosos e membros do alto escalão do Governo Bolsonaro.

Havendo, portanto, descrito e abordado os principais fatos e análises que fundamentam a necessidade de se abordar o objeto deste Trabalho, a segunda seção busca conectar o sionismo cristão e o dispensacionalismo às narrativas empregadas pelas igrejas evangélicas e pelo Governo Federal. A seção se inicia com a definição destes dois conceitos centrais na análise: sionismo cristão e dispensacionalismo. A influência destes no movimento protestante norte-americano também é abordada, bem como a forma como esse movimento influencia no protestantismo brasileiro – com enfoque especial para as igrejas pentecostais e neopentecostais. Em seguida, é feita uma reflexão acerca da natureza das peregrinações à Terra Santa organizadas por entes evangélicos brasileiros. A seção se encerra relacionando como a linha discursiva das igrejas está representada no polo de decisões da PEB. Por fim, a conclusão.

ENVOLVIMENTO DOS GRUPOS EVANGÉLICOS COM A POLÍTICA EXTERNA DE BOLSONARO

A expressividade política dos grupos evangélicos

A construção de narrativas é o foco primário deste trabalho. Como observado, Bolsonaro iniciou sua aproximação às bases cristãs antes mesmo do período eleitoral; ainda assim, em sua campanha, buscou associar-se a nações desenvolvidas e notadamente religiosas, como EUA, Itália e Israel (CASARÓES, 2019). Schutte, Fonseca e Carneiro (2019) comentam sobre como o cotidiano do governo na gestão da Política Externa busca satisfazer tanto a bases eleitoreiras quanto reposicionar a imagem do Brasil para a comunidade internacional. Elementos religiosos, portanto, são recorrentes no discurso do presidente; tanto em eventos locais, quanto em matérias internacionais (BOLSONARO, 2019a; BOLSONARO, 2019b; FERNANDES, 2020).

As análises de Política Externa marginalizam a religião. Fawcett (2000) defende que quando considerada, a religião é interpretada como um fator externo à Política Externa ou, ainda, sempre enquadrada como “fundamentalista, extrema, radical ou militante”, reforçando o caráter excepcional dado ao papel da religião. Kulbálkova (2000) adiciona à crítica pontuando que a religião é tratada como um tópico secundário, inserido em chaves temática maiores: como terrorismo ou análise das instituições políticas. A autora reflete sobre como as teorias de relações internacionais existentes são incapazes de considerar a religião como um fator ordinário que impacta no comportamento dos Estados. Ela critica que o positivismo postula a religião como antagonista à razão; como um tema doméstico e individual, que não se relaciona com a política contemporânea (KULBÁLKOVÁ, 2000 apud PIZA, 2022). Os analistas e teóricos de relações internacionais possuem duas alternativas diante deste cenário: inserem a religião nas teorias existentes ou criam novas teorias (SANDAL; FOX, 2013).

A partir disso, pode-se analisar o movimento transnacional de expansão do capital político de grupos evangélicos. Nos EUA, grupos associados a igrejas evangélicas gradativamente agregam mais fiéis e mais representatividade política, conforme mapeado por Amstutz (2013). O autor comenta sobre como estes grupos enxergam a Política Externa como um meio de aumentar o bem-estar espiritual no globo. Os interesses destes grupos políticos são quase sempre marcados pela defesa de tudo que proteja e incentive os valores cristãos e conservadores que os representam. Além disso, o autor também defende que as vontades e atuações destes grupos não sejam consideradas monotemáticas, mas sim um rol holístico de

temas, associações e narrativas divergentes e complementares.

Assim como nos EUA, o Brasil também experiencia o crescimento do movimento evangélico. Travassos (2021) fez um levantamento comparando dados do último Censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 com dados estimados pelo Instituto Datafolha em 2020 para compreender como evoluiu, na última década, a denominação religiosa da população brasileira. As duas tendências mais claras são da redução de fiéis que se dizem católicos (de 64,6% da população em 2010 para 50% em 2020) e o expressivo crescimento de fiéis que se denominam evangélicos (de 22,2% em 2010 para 31% em 2020). Esse aumento no número de fiéis se reflete na grande parcela de deputados federais e senadores que compõem a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), frente que reúne a maior parte dos congressistas evangélicos em prol de uma agenda cristã.

Machado, Mariz e Carranza (2022) explicam que, no início do século XX, essa mudança de representatividade no meio cristão “suscitou a política do reconhecimento social e representação política” de igrejas batistas e pentecostais, como a Assembleia de Deus (AD) e a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). O resultado é que até o final de 2022, a FPE era composta por 115 deputados federais em exercício (22% da Câmara dos Deputados) e 13 senadores (16% do Senado Federal). O objetivo eleitoral da frente era expandir essa porcentagem para 30% do Congresso Nacional (BANCADA, 2022).

A FPE, entretanto, não deve ser considerada com um órgão homogêneo. Fatores como a disciplina partidária, a diversidade de partidos que a compõem, os interesses individuais dos mandatários e os posicionamentos das igrejas fazem com que a FPE não seja capaz de atuar consistentemente como um grupo coeso dentro do Congresso Nacional (BORGES, 2009; QUADROS; MEDEIROS, 2018). Casaotta (2016) destaca que, em primeiro lugar, os congressistas são estimulados a se concentrar e defender pautas que interessem aos seus redutos eleitorais. As pautas evangélicas, em contrapartida, tendem a exigir uma visão mais universalista, o que restringe os congressistas na quantidade de temas a atuar e conflita com interesses das bases. Além disso, a autora demonstra que os principais partidos presentes na FPE possuem semelhanças programáticas conservadoras, mas que esse fator não supera a alta disciplina partidária dos congressistas, que votam junto à orientação do partido e não de acordo, necessariamente, com a bancada.

Assim, entende-se que a representatividade política e capacidade de influenciar o processo de decisório da política dos grupos evangélicos é expressiva e não pode ser negligenciada. O bloco constituído pela FPE, apesar de heterogêneo em posicionamentos e

perfis, ainda se caracteriza como uma congregação de atores que adotam uma agenda conservadora de proteção e promoção dos valores cristãos. Diante dessa realidade legislativa, cabe entender como esse grupo interage com e influencia o Governo Federal sob a gestão Jair Bolsonaro.

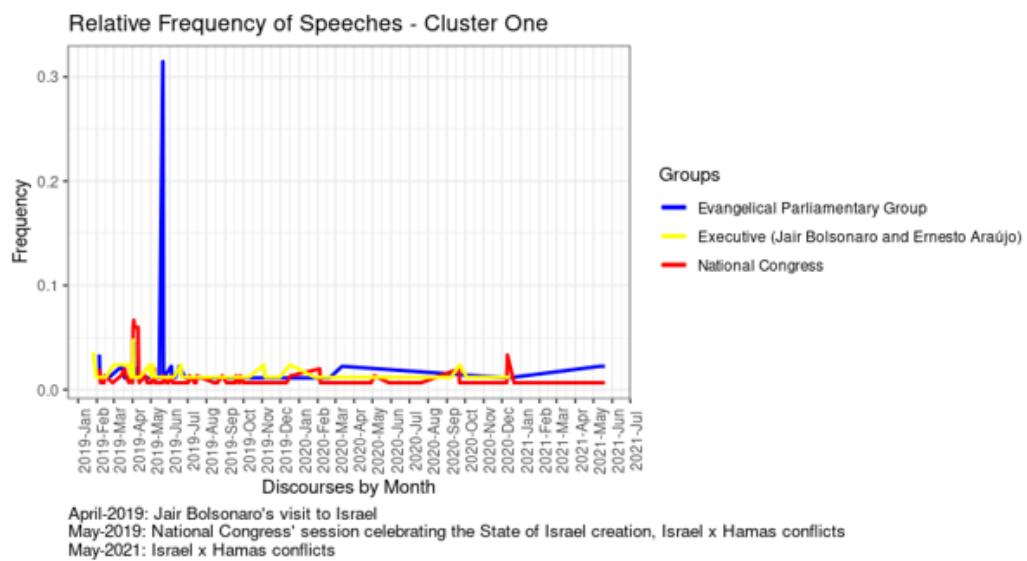
O alinhamento ideológico entre congressistas evangélicos e Governo Federal

Guimarães e seus coautores (em fase de elaboração, apud PIZA, 2022), por meio de uma análise quantitativa, buscaram compreender o alinhamento ideológico de atores-chave na política nacional com poder de influir na Política Externa. Para isso, foi realizada a coleta de discursos de: Jair Bolsonaro, enquanto Presidente da República; Ernesto Araújo, enquanto Ministro das Relações Exteriores; de parlamentares membros da FPE; e de parlamentares não-membros da FPE. As palavras-chave selecionadas para filtrar os discursos destes autores foram muitas, dado que o objetivo era compreender os interesses de grupos evangélicos sobre quatro diferentes temas. Os discursos relacionados a Israel foram filtrados utilizando palavras-chave como Israel, Jerusalém, embaixada, Terra Santa, além de algumas variações destes termos. A fim de identificar o alinhamento ideológico, os autores utilizam o *software* Wordscores, que utiliza linguagem R. Para iniciar a análise e alimentar o algoritmo, se faz necessário fornecer um *training set*, isto é, um grupo de textos selecionados pelos autores que contraponham dois lados, duas visões sobre um tema. Neste caso específico, os autores identificaram, dentre os discursos filtrados, 10 textos apoiando Israel e 10 textos críticos ao Estado israelense. A partir disso, o algoritmo é capaz de avaliar e elencar os mais de 35 mil discursos filtrados.

Os resultados, que inspiraram a produção deste Trabalho de Conclusão de Curso, bem como de Iniciação Científica anterior, demonstram uma proximidade discursiva expressiva entre membros do alto escalão do Governo de Jair Bolsonaro com parlamentares membros da FPE, bem como um distanciamento maior em relação aos parlamentares alheios à Frente. De janeiro de 2019 a maio de 2021, em três momentos encontram-se picos de discursos: uma visita oficial de Jair Bolsonaro a Israel em abril de 2019, a celebração do aniversário de Israel em maio de 2019 e a escalada de tensões entre Israel e o grupo fundamentalista Hamas em maio de 2021 (GUIMARÃES et al., em fase de elaboração, apud PIZA, 2022). Os atores responderam aos mesmos eventos, mas a construção dos discursos variou vastamente, dividindo-os em dois grupos de posicionamentos e prioridades antagônicos. Os picos destes discursos podem ser vistos no Gráfico 1. No Gráfico 2, é possível visualizar o alinhamento ideológico. À direita, quanto mais alinhado a Israel; à esquerda, quanto mais crítico. Piza (2022) constata:

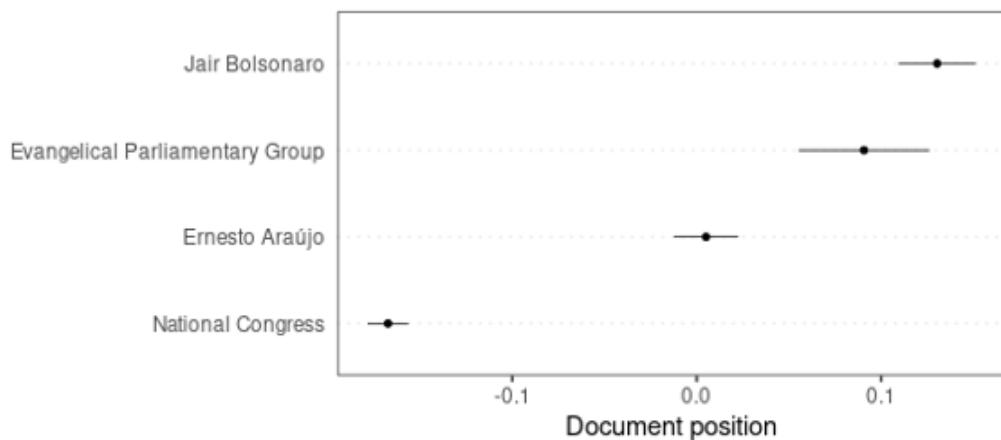
“os atores se dividem em três posições: Jair Bolsonaro e FPE são, comparativamente, aqueles que mais defendem Israel; Ernesto Araújo utiliza de um discurso que se aproxima de uma neutralidade; e, por fim, os membros do Congresso Nacional (exceto a FPE) adotam um discurso bem mais crítico. Esse resultado indica que há um alinhamento entre os setores mais evangélicos e Jair Bolsonaro, líder do Executivo.” (PIZA, 2022, p. 14)

Gráfico 01 – Frequência de discursos sobre Israel



Fonte: GUIMARÃES et al., em fase de elaboração (apud PIZA, 2022)

Gráfico 02 – Alinhamento ideológico dos atores em relação a Israel



Fonte: GUIMARÃES et al., em fase de elaboração (apud PIZA, 2022)

Novamente, torna-se clara a agenda assumida pelos grupos evangélicos e como esta é compartilhada com o núcleo decisório da Política Externa do Governo Bolsonaro. O alinhamento discursivo sugere que as teses carregadas pelas igrejas evangélicas e seus representantes na política reverberam e impactam no alto escalão do Governo nos temas

associados ao Estado de Israel. Diante disso, torna-se fundamental visualizar os efeitos práticos dessa relação de influência nos posicionamentos oficiais do Brasil.

Posicionamento internacional pró-Israel

Casarões (2019) entende que, inicialmente, o apoio de Bolsonaro a Israel “parecia motivado por mero antipetismo”, dado o histórico do Partido dos Trabalhadores (PT) em apoiar a causa palestina e o discurso crítico de Bolsonaro às gestões petistas anteriores. A primeira declaração de Jair Bolsonaro sobre Israel foi, inclusive, um pedido de desculpas pela atuação do governo de Dilma Rousseff em relação aos conflitos Israel-Hamas. A relação se aprofundou. Casarões (2019, apud PIZA 2022) mapeou que Bolsonaro participou, em 2016, de comitiva organizada pelo pastor da Assembleia de Deus, Everaldo Pereira, para visitar Israel. Apesar do propósito principal ser aprofundar os conhecimentos sobre a tecnologia do país, o então deputado Bolsonaro aproveitou a oportunidade para ser batizado e convertido no Rio Jordão. Essa aproximação ideológica e discursiva culminou na promessa de campanha presidencial de que, se eleito, Bolsonaro transferiria a Embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Num primeiro momento, vemos que o então candidato já demonstrava ter simpatia ao que mais a frente entenderemos como sionismo cristão e suas narrativas. Ademais, essa ação demonstra também a inspiração e interconexão das vontades evangélicas brasileiras – e de Bolsonaro – com as ações tomadas pelo movimento conservador protestante estadunidense, dado que a transferência da Embaixada seria uma mimese do realizado por Donald Trump, então presidente dos EUA (ESTADOS, 2020; PIZA, 2022, p. 16).

Outros exemplos evidenciam a proximidade de Jair Bolsonaro a narrativas cristãs de apoio a Israel, que serão abordadas em seção posterior deste trabalho:

“Em abril de 2019, a conta oficial de Jair Bolsonaro no Twitter fez uma publicação de um vídeo, no qual o presidente se vale de referências religiosas para pedir ‘coragem’ para resolver a questão da transferência: ‘Salomão pediu [a Deus por] sabedoria, eu peço mais do que isso. Eu peço também coragem para bem decidir em nome de vocês’ (BOLSONARO, 2019a). Nesta mesma ocasião, em que Bolsonaro estava visitando Israel, foi declarada a abertura de um escritório comercial em Jerusalém; para o governo, este era o primeiro passo para a transferência da embaixada, mas não houve desenvolvimentos seguintes nesse sentido. Em dezembro de 2019, Jair Bolsonaro realizou uma celebração de ação de graças no Palácio do Planalto. No evento, o presidente afirmou: ‘Inauguramos o nosso escritório de negócios em Jerusalém. [...] Não basta um compromisso apenas de campanha, devemos fazê-lo de modo que

todos entendam o seu real objetivo. O meu é lealdade a Deus' (BOLSONARO, 2019b). Em fevereiro de 2020 Jair Bolsonaro reafirmou intenção de transferir a embaixada em conversa com o pastor Silas Malafaia no canal do líder religioso no YouTube (FERNANDES, 2020)." (PIZA, 2022, p. 16)

Não só houve um alinhamento discursivo, mas o comportamento do Estado brasileiro em fóruns internacionais também foi alterado. O Brasil sempre manteve posicionamento histórico no Conselho de Direitos Humanos (CDH-ONU) e na Assembleia Geral (AG-ONU) da Organização das Nações Unidas (ONU) de apoio à causa Palestina – ou, pelo menos, abstenções em temas mais críticos. Inclusive, o Brasil teve importante papel, representado pelo então chanceler Oswaldo Aranha, no desenho da solução pacífica dos Dois Estados na ONU entre 1947 e 1948 (PIZA, 2022). Em 2019, o Brasil iniciou uma série de rompimentos com essa tradição:

"Das cinco resoluções sendo votadas naquela sessão, o Brasil se posicionou favoravelmente a Israel (contrário às resoluções) em duas matérias: (1) as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado israelense em cidadãos sírios nas colinas de Golã e (2) uma exigência de justiça referente às violências cometidas por Israel contra cidadãos palestinos, em especial durante o conflito na Faixa de Gaza em 2014 (BRASIL, 2019). As resoluções nas quais o Brasil se absteve ou votou favorável eram relativas ao reconhecimento da autodeterminação do povo palestino (A/HRC/40/L.26), de que Israel havia cometido violações do Direito Internacional (A/HRC/40/L.25) e sobre a permanência de assentamentos judeus nas colinas de Golã (A/HRC/40/L.28)." (PIZA, 2022, p. 17)

O histórico secularismo da PEB foi alterado dadas as relações entre o núcleo decisório da Política Externa do Governo Bolsonaro e os grupos evangélicos brasileiros. Entende-se que a inspiração no movimento conservador cristão – protestante – nos Estados Unidos, capitaneado por Donald Trump, aliado à simpatia pelas narrativas religiosas de apoio ao Estado de Israel e às críticas ao apoio à Palestina por parte de governos de esquerda motivaram o Governo Bolsonaro a alterar o posicionamento histórico do país para apoiar Israel e abandonar, ainda que não completamente, a defesa da Solução de Dois Estados.

Cadeiras do Governo Federal sob influência de grupos evangélicos

Por fim, nesta seção, objetiva-se esmiuçar os maiores grupos evangélicos brasileiros e como estes se relacionam com atores do Governo Federal de Jair Bolsonaro. Estas relações,

nota-se, são fruto de conversas privadas e de atos públicos, tornando o aprofundamento em sua natureza complexo para construção do trabalho de pesquisa. Ainda assim, observando pontes e conexões que existem entre os grupos, é possível gerar este mapeamento.

O primeiro grupo a ser citado é a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE). Esta é uma organização que objetiva garantir “as Liberdades Civis fundamentais, em especial, a Liberdade Religiosa, de Expressão e a Dignidade da pessoa humana”, de acordo com o site oficial. A primeira clara relação reside no fato de uma de suas fundadoras, Damares Alves, ocupar cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Governo Bolsonaro. A ministra é peça fundamental na construção discursiva da “ala ideológica” do Governo; os temas sob seu ministério dialogam diretamente com os valores de moral cristã defendidos por grupos evangélicos. Em culto de ação de graças em 2019 no Palácio do Planalto, o presidente desta organização que liderou as leituras. Mazza (2020) demonstra como as pautas da organização ganharam força na Política Externa encabeçada por Ernesto Araújo e Jair Bolsonaro: a palavra “gênero” foi proibida para diplomatas brasileiros, o Brasil começou a posicionar-se em relação a perseguição e restrição de expressão de cristãos em determinados países e uma série de outros posicionamentos internacionais conservadores. Mais do que isso, indicativo fundamental do status privilegiado que a ANAJURE possui com o Governo Bolsonaro foi a indicação desta para assumir posição de ente consultivo na ONU, o que permitiria à Associação discursar e criar relatórios. Cabe pontuar que a indicação ainda não prosseguiu, visto que alguns países-membro do Comitê da ONU sobre ONGs questionaram a relação da organização com o Poder Executivo (CHADE, 2021; PIZA, 2022, p.18).

A segunda organização evangélica a ser descrita é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), encabeçada pelo bispo Edir Macedo, proprietário da Record TV. A própria Igreja estima que haja mais de 7 milhões de fiéis no Brasil, operando em mais de oito mil templos em território nacional, além dos que estão operando no exterior (UNIVERSAL, 2020). Há laços entre a IURD e o Estado de Israel. Em 2015, o bispo foi a Israel encontrar-se com o então primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu, para discutir a atuação da Igreja naquele território (BISPO, 2015). Além de Israel, o Governo brasileiro também possui fortes laços, exemplificados no caso de uma comitiva da organização que seria enviada para Israel em 2020, mas encontrou obstáculos sanitários para ingresso no país. Coube ao Itamaraty agir para garantir que a viagem ocorresse (AMADO, 2021; PIZA, 2022).

Por fim, cabe abordar a Assembleia de Deus (AD). Alguns dos deputados evangélicos mais reconhecidos socialmente são membros desta igreja: Silas Malafaia, Marco Feliciano,

Silas Câmara (ex-líder da FPE) e Cezinha de Madureira (também líder da FPE). É entendida como a maior organização religiosa protestante no Brasil, com mais de 12 milhões de fiéis. A AD é reconhecida por se envolver intimamente com a política; são vocais em relação a pautas conservadoras, lutam pela liderança da FPE e constroem alinhamentos discursivos claros com a Presidência da República (SILVA, 2022; PIZA, 2022).

É inegável o capital político evangélico em expansão. O crescimento da quantidade de fiéis, aliado com o desejo de tornar-se visto e representado, fomentam que grupos evangélicos e protestantes busquem ocupar e influenciar na política, tanto de outros países ocidentais, quanto no Brasil. Tão inegável quanto a expansão da representatividade política destes grupos está a relação de alinhamento ideológico, discursivo e material entre estes e o alto escalão do Governo Federal sob a presidência de Jair Bolsonaro. A partir de 2019, a religião, que já era presente na política brasileira, tornou-se fundamental para explicar e analisar as decisões e comportamentos do Estado brasileiro em relação a sua Política Externa. A fim de tornar este debate mais acurado, a próxima seção realizará uma ampla revisão bibliográfica buscando relacionar essa crescente política dos movimentos evangélicos nos temas de Política Externa com as narrativas evangélicas propulsoras do sionismo cristão e do apoio ao Estado de Israel.

SIONISMO CRISTÃO E DISPENSACIONALISMO

A definição do sionismo cristão

Crome (2018, apud MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022) define sionismo cristão como a crença de que “os judeus teriam, por graça divina, o direito de posse e de habitar a terra prometida a eles no Antigo Testamento”. Spector (2009, apud PIZA, 2022) também busca definir: “[ideia que denota] cristãos os quais possuem fé, por muitas vezes em associação a outras convicções, emoções e experiências que os leva a apoiar o Estado moderno de Israel como terra natal dos judeus”. Ainda, Freston (2020a, apud MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022) adiciona que esse tipo de sionismo – que embora similar, difere-se do clássico sionismo fortalecido no pós-1945 – é também parte de uma estratégia política para inserir nas instituições políticas o direito do Estado de Israel de consolidar-se como um Estado e expandir seu território. Wachholz e Reinke (2020) reforçam que o sionismo cristão é fruto do encontro entre “a teologia e política, pois as razões para tal apoio [ao Estado de Israel] são religiosas”.

A introdução desta seção busca demonstrar como diferentes autores são capazes de definir o sionismo cristão sob perspectivas variadas. Apesar de sempre similares na essência, as definições de sionismo cristão evoluem conforme esse fenômeno se transforma. Aspectos geográficos, contextos históricos e a relação das nações com Israel são fatores que, há décadas, implicam no sionismo cristão. O fenômeno definitivamente não é alheio a estes (MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022). Almejando identificar as diferentes faces do sionismo cristão, Freston (2020b, apud MACHADO; MARIX; CARRANZA, 2022) elenca cinco tipos ideais. O primeiro, “profético”, enfatiza o papel central de profecias bíblicas para justificar a importância do povo judeu nos planos divinos. O segundo, “humanista”, é pautado na empatia ao povo judeu, levando em consideração os episódios históricos de extrema violência sobre essa população. O terceiro, “civilizacional”, representa uma identificação pessoal e sociocultural com Israel, a ser considerado como a civilização ocidental no Oriente Médio. O penúltimo, “análogo”, entende como similares o desenvolvimento dos EUA com a jornada dos israelitas no Antigo Testamento. O quinto e último tipo, “islamofóbico”, identifica o Islã como “inimigo civilizacional”, o que promoveria o interesse em apoiar o Estado de Israel, rejeitado pelos países islâmicos da região onde está inserido.

Wachholz e Reinke (2020) defendem que o sionismo cristão brasileiro possui suas raízes intimamente interligadas ao sionismo cristão estadunidense. Este é intimamente ligado às narrativas dispensacionistas, que serão abordadas nas seções e subseções seguintes. Os

autores argumentam:

“há certa uniformidade de origem – ou inspiração – para o protestantismo brasileiro, o qual tem seu centro nos Estados Unidos da América. O protestantismo da imigração foi basicamente um luteranismo vindo da Alemanha, mas teve seu representante norte-americano do Sínodo do Missouri [...]. Já o protestantismo missionário possui praticamente todas as suas vertentes oriundas da América do Norte. A influência não foi diferente no pentecostalismo e neopentecostalismo. Se a origem da Assembleia de Deus – a maior denominação brasileira – foi um pentecostalismo de tipo europeu, ela recebeu cada vez mais inovações teológicas e institucionais dos missionários norte-americanos chegados desde os anos 1950. A Igreja Quadrangular trouxe estratégias de comunicação e doutrina prontas dos EUA e, no caso da ‘terceira onda’, a influência norte-americana está presente na importação da Doutrina da Prosperidade [...]. Além disso, muitos brasileiros tiveram sua formação em seminários da terra do *Uncle Sam*, e outros tantos pregadores norte-americanos foram trazidos ao Brasil.” (WACHHOLZ; REINKE, 2020)

É importante que se defina e compreenda o sionismo cristão para, em seguida, aplicar essa definição às narrativas evangélicas de apoio ao Estado de Israel. Independentemente do motivo que origina e incentiva o sionismo cristão, sabe-se que este possui um relevante papel na atuação política de setores evangélicos – e, como visto, que se desenvolvem e ganham fôlego no Governo Bolsonaro. O sionismo cristão brasileiro é fruto de construções anteriores, especialmente norte-americanas, impactando até mesmo na formação discursiva das igrejas protestantes do Brasil.

O dispensacionalismo do sionismo cristão estadunidense

A fim de compreender como se deu a fundação e fortalecimento do sionismo cristão norte-americano e suas diretas implicações na construção do movimento evangélico brasileiro – em especial, pentecostal e neopentecostal –, faz-se necessário analisar o papel central do dispensacionalismo. Charles C. Ryrie, importante teólogo norte-americano, busca em um de seus livros definir essa corrente. De início, é necessário compreender o que é uma dispensação. O autor parte de uma definição superficial adotada por muitos críticos e, também, adeptos ao dispensacionalismo; dispensação seria um período de tempo no qual Deus testa a obediência do Homem em relação a alguma revelação. O autor, entretanto, discorda que a concepção de uma dispensação deva ser atrelada a uma era, ou a um período de tempo determinado. No lugar, deve ser entendido como um acordo em que a administração da obra divina – a Terra, um reino, uma locação específica – é dada ao Homem com um objetivo, com a intenção de gerar uma

revelação. Tempo e acordo coincidem cronologicamente, mas o que constitui a dispensação é o tipo e objetivo do acordo, e não sua periodicidade. O autor cita, ainda, que a descrição de uma dispensação envolve: uma revelação distinta, a responsabilidade dada ao Homem, os teste aplicados, o fracasso humano e o julgamento divino. Todas as dispensações da Bíblia possuem essas características (RYRIE, 1995).

Essa hermenêutica bíblica entende que há sete dispensações na Bíblia: (1) a da Inocência, na qual Adão falha em suas tarefas de manter o Jardim do Éden, livre de pecado, e cede ao comer o fruto proibido; (2) a da Consciência, no qual o Homem deveria se comunicar com Deus por meio de sacrifícios de sangue, que não foram cumpridos por Caim (e outros) e trouxeram o homicídio ao mundo; (3) a do Governo Civil, no qual os humanos fracassaram em seguir a ordem divina de espalhar a população pelo planeta após o Dilúvio e decidiram, no lugar, construir a Torre de Babel; (4) a da Promessa, no qual o povo de Abraão deveria permanecer na Terra Prometida; (5) a do Quadro Legal, no qual o Homem era responsável por manter uma ordem jurídica justa, mas acabou levando à Crucificação injusta de Jesus Cristo; (6) a da Graça, na qual o Homem deve aceitar o caminho da Graça Divina e aqueles que o rejeitarem serão julgados com a segunda vinda de Cristo; e, por fim, (7) a dispensação do Milênio, na qual Jesus Cristo governará um reino de paz por mil anos, enquanto o Satanás permanece amarrado e a desobediência eliminada (RYRIE, 1995). Apesar de ser possível encontrar autores que discordem dessa divisão de sete dispensações, a tese de Ryrie é vastamente predominante.

Ryrie (1995) exalta o caráter literal da hermenêutica bíblica proposta pelos dispensacionistas. O autor ressalta como outras teorias, como a Teologia da Aliança (que será abordada em seções posteriores), se valem de interpretações não literais, marcadas por entendimentos subjetivos, que fogem à gramática. O autor defende que o dispensacionalismo é a única teologia que fornece um quadro consistente e objetivo de análise e leitura da Bíblia, por meio de sua interpretação literal; isso já prenuncia o caráter restritivo e limitante oferecido pelo dispensacionalismo para interpretação da realidade, dado que o texto bíblico deve ser interpretado sempre em sua literalidade. À luz desse entendimento, um dispensacionalista entende que Jerusalém e, por consequência, Israel são os lugares dos quais Jesus Cristo governará seu reino de mil anos de paz após seu retorno e, em razão disso, devem ser protegidos, para que essa visão teológica profética possa concretizar-se.

O dispensacionalismo forma o sionismo cristão norte-americano. Wachholz e Reinke (2020) compreendem que o processo de formação do sionismo cristão alimentado pelo

dispensacionalismo tem forte impulso nos Estados Unidos da América por algumas razões:

“É bastante possível que o dispensacionalismo tenha tido ampla aceitação [...] justamente pela sua defesa da Bíblia em uma época em que sua autoridade era questionada pelo modernismo teológico. Além disso, os dispensacionalistas defendiam que qualquer cristão podia ler e interpretar as Escrituras sem a necessidade dos especialistas da academia teológica (WEBER, 2005, p.36-39). [...] Blackstone criou o mito fundador do sionismo cristão dos Estados Unidos da América ao combinar a crença messiânica com a história nacional no seu mais profundo senso patriótico: para ele, o Estado norte-americano deveria desempenhar papel que Ciro teve na restauração dos judeus a Sião, pois Deus teria escolhido os puritanos pela sua superioridade moral.” (WACHHOLZ; REINKE, 2020)

A tese defendida no trecho pelos autores reforça o caráter político que sionismo cristão e, especialmente, o dispensacionalismo possuem. A doutrina dispensacionalista ganha seu primeiro forte impulso com a criação do Estado de Israel em 1948, tendo sua completa popularização alcançada após a vitória israelense na Guerra dos Seis Dias. A cultura norte-americana começou a propagar uma espécie de discurso sobrenatural e profético, que atingiu inúmeros setores da sociedade e disseminou as concepções dispensacionalistas. Desde então, houve uma mobilização política de teólogos, religiosos e escritores para que o Estado de Israel fosse protegido e benquisto por aqueles que governam os EUA (WACHHOLZ; REINKE, 2020).

Apesar do foco primário da literatura sobre sionismo cristão ressaltar o papel do dispensacionalismo, existem outras correntes. Em seu trabalho de mapeamento da expansão do capital político e social do evangélicos no Estados Unidos da América, Amstutz (2013) mapeia pelo menos outras duas narrativas evangélicas de apoio ao povo judeu. A primeira narrativa, a Teologia da Substituição (*Replacement Theology*), defende que a partir do advento de Jesus Cristo o povo judeu deixa de ser a prioridade e o povo a ser protegido nos planos divinos – substituídos pelo povo cristão. Originada por Santo Agostinho, não é tão relevante atualmente. As críticas contemporâneas se concentram no fato de que essa teologia é exacerbadamente focada na vida e morte de Jesus Cristo, sem considerar as bases morais judaicas do Cristianismo. Com foco em Cristo, a narrativa também perde força ao negligenciar ensinamentos presentes no Velho Testamento (AMSTUTZ, 2013, p. 121).

A segunda narrativa a ser abordada é a Teologia da Aliança (*Covenant Theology*). Com origem com João Calvino, teólogo fundador do Calvinismo e central no Protestantismo, essa

narrativa entende que há duas alianças distintas, mas interdependentes: a do Velho Testamento, conhecida como “Aliança da Lei”; a segunda, presente no Novo Testamento, conhecida como “Aliança da Graça”. Judeus e cristãos são partes plenas no plano de Deus, estando ambos dentro da Salvação (AMSTUTZ, 2013, p. 122).

Por fim, o Dispensacionalismo. O autor defende que esta corrente não é a predominante entre os líderes evangélicos, diferente de outras literaturas sobre o tema. Ainda assim, reconhece o papel que esta corrente ocupa na mídia e seu impacto na interpretação evangélica sobre política internacional. O autor ressalta que sob o Dispensacionalismo, a Bíblia deve ser lida literalmente: a defesa do Estado de Israel é necessária dado que a criação deste é uma das etapas para a volta de Jesus Cristo à Terra. Sua crítica reside no fato de que essa leitura literal é simplista e não permite análises complexas sobre os conflitos atuais no Oriente Médio (AMSTUTZ, 2013, p. 123).

Diante do exposto, entende-se que, para o cenário brasileiro – enraizado no estadunidense – sionismo cristão e dispensacionalismo são conceitos inseparáveis. Se nos EUA o dispensacionalismo teve força ao ser associado à crença de um povo prometido, bem próximo dos valores do Destino Manifesto, no Brasil sua tração se origina nas visões proféticas e apocalípticas adotadas pelas igrejas protestantes. A hermenêutica literal do dispensacionalismo fornece aos crentes e intérpretes um *framework* rígido, em que as respostas já estão dadas e possuem tanta simbologia subjetiva. Essa característica estimula que o apoio ao Estado de Israel se dê por razões puramente religiosas, sem levar em consideração outros fatores implicados no Oriente Médio.

SIONISMO CRISTÃO BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Peregrinação ou turismo?

Wachholz e Reinke (2020) defendem “que a raiz histórica dos protestantismos brasileiros está nos Estados Unidos da América”. A fundação das igrejas protestantes – no Brasil, em sua maioria, também denominadas de evangélicas – se deu por influência direta e indireta de atores norte-americanos envolvidos na disseminação dessas correntes religiosas (WACHHOLZ; REINKE, 2020; MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022). O dispensacionalismo veio junto.

“Tal ligação histórica significou também a manutenção de certas “características genéticas” dos protestantismos norte-americano e brasileiro. Nos Estados Unidos da América, a doutrina dispensacionalista esteve alinhada à ortodoxia protestante, ganhando notoriedade especialmente entre os fundamentalistas de base pentecostal, uma vez que propunha uma interpretação literalista radical das Escrituras. Além disso, seus defensores eram independentes das denominações, atuando especialmente nos institutos bíblicos, conquistando um amplo público pelo ensino e literatura de caráter sobrenatural. Pois estes institutos bíblicos e outras organizações paraelesiásticas norte-americanas ganharam espaço no Brasil a partir dos anos 1970 (BELLOTTI, 2009, p. 293), e a maioria delas trouxe embutido o ensino dispensacionalista.” (WACHHOLZ; REINKE, 2020)

O sionismo cristão brasileiro capitaneado pelos grupos evangélicos nacionais se inseriu profundamente no campo político. O apoio ao Estado de Israel é incondicional. Se há a compreensão de que as igrejas evangélicas brasileiras se tornaram gradativamente mais adeptas de “práticas judaizantes e filosemitas – entendidas as primeiras como a incorporação de elementos simbólicos e rituais da estética judaica [...] e as segundas como o cultivo de sentimentos de apego e valorização do povo judeu” (MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022), entende-se que pode haver uma certa “febre” cultural para aproximar-se do povo judeu (WACHHOLZ; REINKE, 2020). Esse movimento social pode ser representado, por exemplo, pelas viagens à Terra Santa propagandeadas aos montes por igrejas evangélicas, que atuam como esse instrumento de turismo.

Travassos (2021) explora as características desse fenômeno que intermedia turismo e peregrinação.

“A reificação ou coisificação é uma operação mental que consiste em transformar conceitos abstratos em objetos, é o ato de transformar ideias em coisas concretas. [...] Os lugares sagrados, com advento do capitalismo,

deixaram de ser puramente locais de peregrinação e foram reificados transmutando-se à luz dos interesses econômicos [...] [borrando] essas fronteiras entre o sagrado e o profano.” (TRAVASSOS, 2021)

Enquanto a peregrinação representa uma ânsia humana em encontrar o sagrado, o turismo atende aos interesses econômicos seculares. Eliade (2001, apud TRAVASSOS, 2021) argumenta que para o Homem se encontrar no mundo, ele busca o sagrado. Mesmo com o conflito com o profano, a religiosidade não o abandona; para resgatar o sagrado, faz-se necessário peregrinar, deslocar até o sítio de manifestação da sua fé. A clareza da diferença entre turismo e peregrinação se torna menor quando compreendemos que no mundo contemporâneo, é impossível peregrinar sem acessar a estrutura do mercado turístico capitalista. Mais, uma demanda secular: as visitas aos solos sagrados cedem ao trabalho e devem ser realizadas, em sua maioria, no período de férias e recessos – o que reforça o borrão sobre esse diferença entre viajar a turismo ou motivado pela fé (TRAVASSOS, 2021). Apesar da reflexão, os atores políticos – e religiosos – não parecem se restringir por ela. Reinke (2018, apud WACHHOLZ; REINKE, 2020), ainda, mapeou que existem pelo menos 21 agências especializadas em viagens bíblicas operando no Brasil.

Nas últimas décadas, a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) tem demonstrado práticas cada vez mais filosemitas (LINHARES; BOTELHO, 2014). Na década de 1980, o Bispo Edir Macedo, líder da Iurd, visitou Jerusalém para levar pedidos de fiéis à Fogueira Santa, organizou uma caravana e iniciou a adoção de elementos judaicos. É importante notar que a organização das peregrinações se tornou fonte de renda para diversas igrejas. Apesar de organizar viagens, os pastores Caio Fábio, Marcelo Crivella, René Terra Nova, Silas Malafaia e Valnice Milhomens são alguns dos que, desde a década de 1990, lideram essas excursões e caravanas à Terra Santa. Cabe ainda ressaltar que essa aproximação a Israel e até a adoção de determinados símbolos da religião não se convertem, automaticamente, num posicionamento sionista assíduo (MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022).

A Iurd, por exemplo, possui em seus ritos forte simbologia judaica, mas não carrega consigo narrativas do sionismo cristão a todo momento. O filosemitismo da igreja de Edir Macedo é mais associado à busca pela benção divina e pela prosperidade, e menos uma defesa dispensacionalista de que Israel é o bastião no qual Jesus Cristo governará. Cabe, sim, atenção para as mudanças nas narrativas empregadas pela Iurd, dado que a linha discursiva é notadamente maleável; ainda assim, dado o exposto até hoje, o filosemitismo da Iurd não dialoga com o sionismo cristão dispensacionalista. (MACHADO; MARIZ; CARRANZA,

2022).

O sionismo cristão em Brasília

A expressividade política dos grupos evangélicos brasileiros já foi abordada neste Trabalho. A profundidade da relação entre Jair Bolsonaro e setores evangélicos, porém, ainda não. Machado, Mariz e Carranza (2022) descrevem:

“Deve-se destacar o progressivo desgaste dos governos petistas junto às comunidade evangélicas conservadoras, em virtude da implementação de políticas de equidade de gênero e de reconhecimento da diversidade sexual (Machado, 2020). [...] Estudos (Freston 2020; Lacerda 2019; Reinke 2018; Rocha 2017) sobre a atuação dos evangélicos na Câmara Federal indicam um crescimento a um só tempo: a) dos convites da embaixada israelense em Brasília aos legisladores para visitas à Terra Santa e b) de iniciativas parlamentares relacionadas à Israel na segunda década do século XXI. [...] A inserção da questão da transferência da embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém na campanha eleitoral de 2018 e o apoio dos evangélicos a Jair Bolsonaro na disputa contra o candidato do PT, Fernando Haddad, naquele pleito confirmariam o crescimento da influência do sionismo cristão norte-americano no meio cristão brasileiro.” (MACHADO; MARIZ; CARRANZA, 2022)

Wachholz e Reinke (2020) também destacam um episódio na Câmara dos Deputados para demonstrar a atuação da FPE para legitimar o apoio ao Estado de Israel na política brasileira. Os autores trazem o posicionamento de Roberto de Lucena (PV-SP) em maio de 2017, na ocasião do posicionamento do Governo Michel Temer a favor de uma resolução da UNESCO que apoiava que Jerusalém era importante para as três principais religiões monoteístas e que Israel a ocupava.

“Esse não seria o voto dos brasileiros, se pudessem votar, pois 90% de nossa população é cristã, e Israel é a segunda pátria de todos os cristãos. O povo brasileiro ama Israel! Como é possível que isso não seja considerado pelo Itamaraty? Como é possível continuarmos virando as costas aos anseios do nosso próprio povo, ao nosso senso de justiça e verdade e às bençãos advindas das promessas de Deus para os que abençoarem Israel? [...] A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional ontem esteve na Embaixada de Israel, levando ao Embaixador Yossi Shelley, a sua solidariedade e manifestando o seu descontentamento. E esse descontentamento não será um ‘segredo escondido’, será perceptível! Continuaremos lutando para que o Brasil reveja seu posicionamento. Que Deus abençoe Israel! Que o Deus de

Israel abençoe o Brasil!” (DIÁRIO, 2017 apud WACHHOLZ; REINKE, 2020).

Os elementos do sionismo cristão estão presentes, bem como a visão profética dispensacionalista. Israel como segunda pátria, promessas de bençãos, influencia no Governo Federal, relacionamento próximo a autoridades de Israel e o inegável engajamento político no tema são os principais pontos percebidos (WACHHOLZ; REINKE, 2020). Fica demonstrado que há um comportamento deativamente promover essa agenda junto ao Governo Federal.

Ademais, Barbosa e Casarões (2022) defendem que Jair Bolsonaro constituiu seu governo numa nova categoria de “populismo-religioso de extrema direita”. Isso se dá: (a) pela construção de uma plataforma calcada nos valores cristãos e influenciado por uma rede transnacional de líderes religiosos; (b) pelo poder exercido por grupos religiosos em seu governo; e (c) pela formação da política externa que assume ativamente papel de travar uma guerra com o secularismo e contra o *status quo*. Guimarães et al. (em fase de elaboração) entendem que o movimento evangélico possui essa grande influência por não ser uma movimento liderado por um, mas sim um grupo disperso, com enorme poder eleitoral e, por consequência, capacidade de influir na política externa. Os autores defendem que, para estes grupos religiosos e conservadores, o sistema internacional é palco da propagação do secularismo contra a moral cristã.

CONCLUSÃO

A religião, se antes negligenciada, pormenorizada ou nichada, agora é inescapável na análise da Política Externa. O Governo Jair Bolsonaro ampliou a capacidade de atuação dos grupos evangélicos representados na política nacional, tanto ao permitir que importantes quadros do Governo Federal fossem ocupados por representantes evangélicos quanto ao alinhar os posicionamentos oficiais da PEB e os discursos oficiais do Governo às narrativas empregadas por esses atores em relação ao Estado de Israel. Se antes o Brasil era reconhecido por sua neutralidade ou apoio à causa palestina, a partir de 2019 o Governo de Jair Bolsonaro subverte a tradição e torna-se aliado ativo da expansão israelense.

Para além do apoio do Governo Federal, a própria bancada evangélica no Congresso Nacional, representada pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), atua para estreitar relações. Este Trabalho, ao revisar a literatura e a mídia, foi capaz de expor os diversos momentos e frentes em que políticos evangélicos buscaram a aproximação entre Israel e Brasil: seja para demonstrar indignação diante de um posicionamento oficial do Governo favorável à Palestina, seja para estimular o enorme fluxo turístico de peregrinação de brasileiros à Terra Santa. Tudo isso, especialmente, motivado por uma necessidade de reconhecimento social durante e a após a expressiva expansão da base de fiéis nas últimas décadas.

A formação discursiva e moral das igrejas evangélicas brasileiras em muito se deve às suas origens norte-americanas, em especial quando se pensa no sionismo cristão. Este apoio do povo cristão ao povo judeu, representado pelo Estado de Israel, é orientado pelo dispensacionalismo. Essa hermenêutica bíblica defende a literalidade na leitura do texto sagrado; as simbologias e a subjetividade da Palavra são secundárias ou, até rechaçadas. Para os dispensacionistas, Israel representa a locação na qual Jesus Cristo retornará para governar por mil anos. Essa crença, claro, é parte de uma interpretação maior, que entende que Deus e Homem interagem desde o início dos tempos por meio de acordos, comumente chamados de eras, nas quais o plano divino é revelado, fracassa nas mãos mortais e gera um julgamento. A partir dessa rígida leitura, todos são capazes de identificar os elementos que compõem as dispensações e a Bíblia, de modo geral. Assim crendo, o Estado de Israel possui um papel central para o desenrolar do Apocalipse – e, portanto, deve ser protegido a todos os custos. As críticas a essa interpretação ressaltam como a sua inflexibilidade não permite que, analisando os conflitos do Oriente Médio, o intérprete incorpore fatores externos a esse planejamento divino disposto nas sete dispensações.

A convergência dos discursos do Governo Federal e dos representantes evangélicos pode se dar por interesses eleitorais ou por laços estreitos, mas, de toda forma, é inegável o compartilhamento de valores e interesses entre estes atores. Se se entende que as igrejas defendem o Estado de Israel com base no sionismo profético e apocalíptico, portanto, entende-se também que os aspectos religiosos interferem e guiam o processo decisório da Política Externa de Jair Bolsonaro. Ainda que não haja comportamento homogêneo entre todos esses atores – com destaque para o filosemitismo da Iurd se diferenciando da postura ativamente sionista da AD -, cabe pontuar que a revisão de literatura deste Trabalho foi capaz de demonstrar como a formação discursiva das igrejas evangélicas brasileiras moldou suas atuações políticas atualmente, e, por consequência, também influenciou o comportamento e posicionamento do Brasil nos fóruns internacionais e multilaterais.

Este Trabalho, portanto, adiciona à literatura o mapeamento e as relações de influência e, possivelmente, de causalidade entre as narrativas sionistas cristãs, as formas de interpretação bíblicas, o advento político das igrejas evangélicas e seus posteriores envolvimentos com a política nacional e, por fim, o discurso adotado pelo governo conservador de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Ainda cabem esforços necessários para se compreender quão profundas são as raízes dessas relações de influência, a fim de que se tenham claros os mecanismos causais. De toda forma, o levantamento proposto por este Trabalho fomenta a discussão e traz o foco de análise para a realidade um país relevante no Sul Global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, G. Itamaraty atuou para Edir Macedo ter entrada especial em Israel na pandemia. **Metropoles**, online, 02 jul. 2021. Colunas. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/columnas/guilherme-amado/itamaraty-atuou-para-edir-macedo-ter-entrada-especial-em-israel-na-pandemia>>. Acesso em: 08 de mai. de 2022.
- AMSTUTZ, Mark. **Evangelicals and American Foreign Policy**. Oxford University Press: Oxford, 2013.
- BARBOSA, R.; CASARÕES, G. Statecraft under God: Radical Right Populism meets Christian Nationalism in Bolsonaro's Brazil. **Millenium: Journal of International Studies**: Londres, p. 1-31, 2022.
- BISPO Edir Macedo é recebido pelo primeiro-ministro de Israel em Jerusalém. **R7**, online, 18 dez. 2015. Fala Brasil. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/bispo-edir-macedo-e-recebido-pelo-primeiro-ministro-de-israel-em-jerusalem-06102018>>. Acesso em: 06 de mai. de 2022.
- BOLSONARO diz que motivo para transferir embaixada para Jerusalém “é lealdade a Deus”. Guiame.com.br, 19 de dez. de 2019b. Israel. Disponível em: <<https://guiame.com.br/gospel/israel/bolsonaro-diz-que-motivo-para-transferir-embaixada-para-jerusalem-e-lealdade-deus.html>>. Acesso em: 16 de fev de 2022.
- BOLSONARO, J. M. “- ‘Salomão pediu à Deus sabedoria... - Eu peço também coragem, para bem decidir em nome de vocês.’ - Jair Bolsonaro.”. Twitter: 01 abr. 2019, @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1112743960055828481>>. Acesso em: 16 de fev de 2022.
- BORGES, T. Identidade política evangélica e os deputados federais brasileiros. **Perspectivas**, v. 35, p.149-171, 2009.
- CASARÕES, G. S. P. Eleições, Política Externa e os Desafios do Novo Governo Brasileiro. **Pensamiento Propio**, v. 24, p. 231-274, 2019.
- CASSOTTA, P. Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no Legislativo brasileiro. **E-legis**, v. 9, n. 20, p. 1-27, 2016.
- CHADE, J. Países barram entrada na ONU de evangélicos próximos a Damares. **UOL**, online, 28 de mai. de 2021. Jamil Chade. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2021/05/28/paises-barram-na-onu-evangelicos-proximos-a-damares.htm>>. Acesso em:

07 de mai. de 2022.

CROME, A. **Christian Zionism and English National Identity**. Londres: Plagrave Macmillan, 2018 apud

EM CULTO, Edir Macedo diz a Bolsonaro que sabe o que é ser alvo da mídia. **Poder360**, online, 01 set. 2019. Governo. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/em-culto-edir-macedo-diz-a-bolsonaro-que-sabe-o-que-e-ser-alvo-da-midia/>>. Acesso em: 06 de mai. de 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (2017-2020: Donald J. Trump). **Statement by Former President Trump on Jerusalem**. Washington DC, 7 dez. 2020. Disponível em: <<https://il.usembassy.gov/statement-by-president-trump-on-jerusalem/>>.

FAWCETT, L. **Religion, Ethnicity and Social Change**. Londres: MacMillan Press, 2000.

FERNANDES, Talita. Bolsonaro afirma que transferirá embaixada para Jerusalém até 2021. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03 de fev. de 2020. Mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/bolsonaro-afirma-que-transferira-embaixada-para-jerusalem-ate-2021.shtml>>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

FRESTON, P. Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e a América Latina. In: J. L. G. Pérez & B. Carranza. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020a.

FRESTON, P. Conclusion. Palestra apresentada no congresso Politics and Religion in Brazil and the Americas: Evangelical Churches and their Relations with Judaism, Zionism, Israel and the Jewish Communities. 2020b.

GUIMARÃES, F. S. et al. A Model for Evangelical Foreign Policy: Jair Bolsonaro and Evangelicals in Brazil. Em fase de elaboração.

GUIMARÃES, F. S. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

KUBÁLKOVÁ, V. Towards an International Political Theology. **Millenium: Journal of International Studies**. Londres, v. 29, n. 3, p. 675-704, 2000.

LINHARES, J.; BOTELHO, T. Rabino Edir? Quase isso. **Revista Veja**, online, 02 ago. 2014. Brasil. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/rabino-edir-quase-isso/>>. Acesso em: 06 de mai. de 2022.

MACHADO, M. D. C.; MARIZ, C. L.; CARRANZA, B. Genealogia do Sionismo Evangélico. **Religião e Sociedade**: Rio de Janeiro, p. 225-248, 2022.

PIZA, M. F. A influência dos evangélicos na Política Externa de Jair Bolsonaro: a centralidade das narrativas evangélicas na aproximação a Israel.

QUADROS, M.; MEDEIROS, R. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos para representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, p. 486-522, 2018.

RODRIGUES, G. M. A. Trump dos Trópicos? Política Externa de Ultradireita no Brasil. **Análisis Carolina**, Madri, n. 6, jun. 2019.

RYRIE, C. C. **Dispensationalism**. Chicago: Moody Bible Institute, 1995.

SANDAL, N.; FOX, J. **Religion in International Relations Theory: Interactions and possibilities**. Nova Iorque: Routledge, 2013.

SCHUTTE, G. R.; FONSECA, B. C. D.; CARNEIRO, G. S. Jogo de Dois Níveis Voltado ao Eleitorado: Uma Análise da Política Externa Bolsonarista. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 8, n. 2, jun. 2019.

SILVA, J. B.. O que querem os evangélicos que fazem ‘romaria’ ao gabinete de Bolsonaro. Veja, São Paulo, 20 de jan. de 2022. Política. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/o-que-querem-os-evangelicos-que-fazem-romaria-ao-gabinete-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

SPECTOR, S. **Evangelicals and Israel: The Story of American Christian Zionism**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.

TRAVASSOS, D. H. Andar com fé: o sionismo cristão e as fronteiras político-identitárias entre o turismo religioso e peregrinação a Israel. **Revista de Estudos Orientais**: São Paulo, n. 9, 2021.

UNIVERSAL completa 43 anos com 10 milhões de fiéis pelo mundo. **R7**, online, 09 de jul. de 2020. Brasil. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/universal-completa-43-anos-com-10-milhoes-de-fieis-pelo-mundo-09072020>>. Acesso em: 06 de mai. de 2022.

WACHHOLZ, W.; REINKE, A. D.; “Pela paz de Jerusalém”. A origem do sionismo cristão, sua influência na igreja protestante brasileira e sua atuação no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História das Religiões**: Rio de Janeiro, n. 37, 2020.